

RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CAMPO NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ¹

Cecília Maria Ghedini²

Introdução

No Brasil, a Educação do Campo com base às referências históricas da Educação Popular e dos Movimentos Sociais Populares é batizada sob este nome no ano de 1998. Em 2002, tem-se o primeiro dispositivo legal e, neste espaço de tempo, outros são promulgados até que, em 2010, o Decreto Presidencial (Nº 7.352 de 4/11/2010) a eleva à categoria de política de Estado (BRASIL, 2010a) e a Resolução (MEC/CNE/CEB 04/2010) à modalidade educacional (BRASIL, 2010b).

Contudo, é preciso considerar que na história do país a Escola Pública do Campo foi “abandonada” pelos governos, considerada e tratada como uma necessidade elementar, não como um espaço prioritário de educação e formação dos povos do campo (CALAZANS, 1993). Desse modo, culturalmente, produziu-se uma lógica que contrapunha a escola da cidade à escola pública do campo, fazendo com que esta passasse a ser compreendida como uma escola “mais ruim” que aquela. Nestes quase vinte anos, contrapondo-se à lógica da Educação Rural, foram inúmeras as referências produzidas no âmbito da Educação Pública, desde a Educação Básica até os cursos no Ensino Superior.

A partir de 2016, vivem-se situações atípicas no país em relação à situação política do período anterior que se estende até a atualidade, com a eleição de um governante que representa o atraso e o despreparo no sentido de um projeto de país. Em relação a esta política, estimam-se grandes retrocessos e entre tantos outros conflitos, neste caso, a uma ampliação da iniciativa privada sobre a esfera pública, implicando o

¹ Artigo apresentado no I Seminário Estadual – A Pedagogia Histórico Crítica e a Educação Pública Paranaense: 30 anos do Currículo Básico. Unioeste – Campus de Francisco Beltrão, março de 2020.

² Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – Paraná – Brasil. E-mail: cemaghe@gmail.com

fechamento de escolas do campo. Contudo, este contexto adverso leva à resistência e ao enfrentamento do desmonte ultraliberal e conservador.

Ainda que se esteja em meio a profundas contradições, se produz uma referência com Escolas Públicas do Campo na Região Sudoeste do Estado do Paraná, iniciada no ano de 2015, que vai tomando corpo e ampliando-se até a este momento. Estas ações passam a ressignificar as práticas pedagógicas das escolas e leva a produzir referências nas relações de conteúdo e forma para a modalidade da Educação do Campo que, até agora, não conta com uma regulamentação que garanta a especificidade destas escolas. Envolvendo seis escolas públicas que são acompanhadas diretamente, se estende, indiretamente, no âmbito do Núcleo Regional de Educação (NRE) alcançando mais de 40 escolas que passam a adotar de formas diferenciadas esta referência.

No ano de 2018, organiza-se pela primeira vez um evento para escolas públicas do campo³ e avança-se para uma relação oficial entre estas escolas e a referência que está em curso. Constitui-se um Grupo de Trabalho (GT) que passa a organizar as movimentações ocorridas nas escolas, que na atualidade reúne-se mensalmente, a fim de propor à Superintendência Estadual de Educação, a oficialização da modalidade educacional com uma proposta que lhes garanta a especificidade.

Uma das maiores dificuldades em relação aos professores, no estado do Paraná é o Processo Seletivo Simplificado (PSS)⁴, que fragmenta as relações e fragiliza os professores impedindo a criação e o fortalecimento de vínculos e relações entre os grupos de professores e deste com as escolas. Partindo desta contradição, em 2017, pensa-se na organização de uma rede que aproxime os professores e contribua para superar os limites impostos pelo atual sistema, mantendo-os articulados pelos estudos e práticas.

Desde o início do Projeto de Extensão no ano de 2015, e mesmo depois de constituída a rede, a formação de professores sempre se deu na forma de um Grupo de Estudos Permanente, que reunia os participantes de diferentes municípios e escolas em

³ Em relação a este assunto, ver capítulo 1: “Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo da Região Sudoeste do Paraná e Rede de Formação de Educadores”, nota de rodapé 14.’

⁴ Em relação a este assunto, ver capítulo 1: “Fortalecimento das Escolas Públicas do Campo da Região Sudoeste do Paraná e Rede de Formação de Educadores”, nota de rodapé 9.

espaços mais centrais; no ano de 2018, passaram a reunir-se na universidade, isso lhes implicava deslocar-se de seus municípios para outra cidade.

A partir deste ano de 2019, cria-se uma Plataforma de Estudos *online*⁵, pela qual os professores se inscrevem e têm acesso aos materiais de estudo e, nos seus locais de trabalho ou moradia. A formação dos professores nesta lógica visa ainda potencializar a prática educativa baseada no conhecimento científico, dando voz aos sujeitos ali inseridos (professores, alunos e agentes) das escolas públicas do campo.

Dentro do processo de rearticulação das escolas na modalidade da educação do campo, um ponto fundamental é a formação na e pela prática, alicerçada nos pressupostos e teorias que orientam a Educação do Campo. Vê-se constantemente, ano a ano como essas vozes dos professores estão cada vez mais fortes e evidentes. A escola está articulada à vida e ao trabalho com os sujeitos do campo, enunciando um projeto educativo em curso que já faz parte do contexto da escola do campo.

Em menos de quatro anos de trabalho, os professores que se mantêm vinculados à escola do campo, seja pela Refocar, seja pela continuidade do vínculo formal (dando aulas na escola) já assumiram os processos: estudos, instrumental metodológico, produção e participação em eventos da área.

Aos poucos se percebe uma alteração nos usos dos tempos e espaços da escola: agrupamentos por disciplina para realização de estudos, agrupamentos de professores para realização das aulas, envolvimento dos professores com os coletivos da escola, agrupamentos entre professores, agentes e comunidade para realização dos grupos de estudos, organização de viagens de estudos e pesquisa e realização de oficinas em eventos científicos da área. Aos poucos, percebe-se que a escola do campo vem sendo assumida como sendo de cada sujeito que nela se insere.

Recriação de práticas pedagógicas e novos sentidos na formação de professores

⁵ É possível consultar a página da Rede Refocar com maiores detalhes e informações, assim como dados de participação em: <https://www5.unioeste.br/portalanioeste/grupos-de-pesquisa-beltrao/gefhemp/formacao-continuada>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Analisando-se a Educação do Campo na atualidade reconhece-se uma intensa produção tanto de um marco legal quanto teórico-metodológico. Contudo, há um descompasso entre esta produção e sua implementação nas redes de ensino, uma vez que tais concepções requerem mais que uma legislação promulgada, ou seja, requer-se mediações entre as escolas, as instituições e os sistemas, as comunidades e organizações do lugar onde se localiza esta escola e aonde vivem os sujeitos do campo, para que se efetivem as garantias legais estabelecidas e conquistadas enquanto direito aos povos do campo, principalmente, neste contexto e neste momento a modalidade da educação do campo.

Coloca-se ainda um cenário de desafios, tais como o esvaziamento do campo e a ausência de políticas públicas que alcancem de fato as famílias que vivem deste trabalho, o assalariamento do campo, o fechamento de escolas, a pouca apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados por parte dos discentes e a alta rotatividade dos professores, por contarem apenas com contratos temporários, o que impede sua organização e a percepção da especificidade das escolas do campo.

Na perspectiva de enfrentar estas situações concretamente, inicia-se um processo de rearticular estas escolas ao espaço onde estão inseridas, construindo vínculos e identidade coletiva aos sujeitos que ali estudam e trabalham (BRASIL, 2002). A falta de vínculos com as comunidades e seus entornos, a pouca apropriação do conhecimento sistematizado por parte dos discentes e a alta rotatividade dos professores, têm problematizado as percepções e passam a constituir o núcleo das reflexões que dão vida a esse Projeto de Extensão junto às escolas, por isso coloca-se como objeto central a produção de conteúdo e forma à modalidade da Educação do Campo, tendo como base mediações nas escolas públicas do campo e a Rede de Formação de Educadores.

O foco inicial centra-se na iminência do fechamento, pois grande parte dos alunos que vivem no campo estudam em escolas da cidade, principalmente pela crença cultural – fortalecida pelo processo de nucleação – de que as escolas da cidade têm condições de produzir melhores resultados em relação ao conhecimento. Em parte, as escolas do campo, realmente têm apresentado menor alcance em relação aos recursos, estrutura e acesso a tecnologias, agravado por outras questões, o que prejudica o processo de

apropriação dos conhecimentos por parte dos estudantes e gera preocupação às famílias em relação aos estudos, inserção cultural e projetos de futuro de seus filhos.

De modo geral, nas escolas do campo, destaca-se principalmente a falta de um projeto de escola que tenha como ponto de partida os sujeitos, o lugar onde vivem e suas sínteses sociais de forma a articular os conhecimentos sistematizados e suas tecnologias. Neste sentido, o primeiro momento deste trabalho do projeto permanente de extensão (de meados 2015 até julho 2017), centrou-se nesta dimensão buscando construir um instrumental metodológico que sustente práticas de ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas, alcançando tanto a apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados quanto a especificidade do trabalho, da cultura e do lugar onde vivem esses sujeitos.

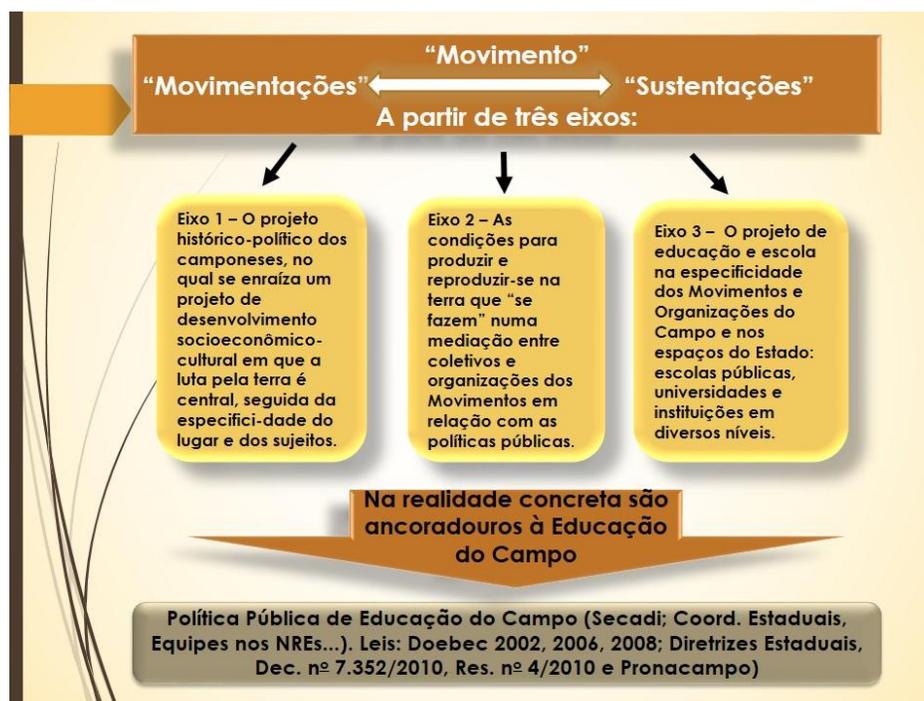
A metodologia tem base nas produções da Educação do Campo e suas referências históricas, desde 1998, assim como nas conquistas legais destes 20 anos, dentre elas a modalidade da Educação do Campo tratada como uma “ferramenta” que, ao contar com as referências históricas, poderá contribuir para a escola de novo tipo que dali emerge. Isso porque se a modalidade conseguir incorporar as relações entre a educação, o projeto de desenvolvimento socioeconômico-cultural, a realidade próxima da escola e o trato do conhecimento, poderá ser ancoradouro, uma forma de organizar a Escola Pública do Campo. Uma forma capaz de criar fissuras à forma histórica escolar, pois se dá com movimentações regulares que constituem uma tecitura formativa à escola, o que é avanço em relação ao que se teve como Educação Rural.

Compreende-se que tal tecitura produzida ao longo dos últimos anos, carrega essa potencialidade na medida em que, pela regularidade que acontece estabelece novos vínculos com os coletivos individuais e sociais.

A primeira dimensão – *território, lugar, trabalho e cultura* – “ancora-se” no eixo da luta pela terra, pela especificidade do lugar e dos sujeitos que ali vivem, e enraíza-se no projeto de desenvolvimento socioeconômico-cultural [...]. Tratados como segunda dimensão da escola do campo, os *coletivos e a auto-organização dos estudantes* “ancoram-se” no eixo da luta por condições para produzir e reproduzir-se no território [...]. Referida à forma de tratar o conhecimento escolar, a terceira dimensão – *tempos, espaços e trato do conhecimento* – “ancora-se” no eixo da luta pela concretização do direito à educação e à escola [...] nos diversos níveis de ensino e da formação de professores (GHEDINI, 2017, p. 369).

Esta forma histórica que se consolida na Educação do Campo, no Brasil, bebe da fonte que se produziu ao longo dos anos de luta dos Movimentos Sociais Populares (MSP) e Organizações na resistência ao golpe de 1964 e que vai despontar com a redemocratização (conquistas que estão sendo solapadas na atualidade).

Figura 1: Referências Históricas e Educação do Campo



Fonte: GHEDINI, 2017, p. 162

À medida que as movimentações destas dimensões se materializam, constituem descentramentos em relação à escola pela dimensão formativo-educativa e pelos modos específicos na forma de tratar o conhecimento, intencionalmente. Assim, “desarruma” o que está posto pela “ordem natural” de como “se faz” a escola, pois consegue atuar nas contradições e produzir sínteses com elementos novos, o que promove uma experiência escolar instituinte de uma escola de novo tipo.

Acredita-se que este instrumental metodológico tem potencial para confrontar a internalização que se produz pelo sistema sócio-histórico-cultural hegemônico, como diz Mézáros (2005). Esta internalização logra êxito pela lógica que a própria escola produz

que, repetida e objetivamente vivida, vai também amalgamar-se à subjetividade dos sujeitos e à lógica da vida dos sujeitos e da própria escola.

Thompson (1981) mostra como as produções sociais produzem consciência e cultura pela experiência. Neste caso, a aposta é que esta experiência possibilitada por uma consciência e cultura que descentra a escola, na medida em que vai solapando as cristalizações da escola rural, produza avanços em relação à forma histórica escolar da escola rural. Ao desenvolver-se com estas movimentações, a Educação do Campo tomada como processo, põe em curso as lógicas formativo-educativas produzidas historicamente, como referências que fazem parte do projeto educativo dos MSP.

Essas duas lógicas desenvolvem movimentações “para dentro” e “para fora” da escola, com um instrumental metodológico que busca apreender as relações com o conteúdo assim como com a existência dos sujeitos, deste modo, as relações de aprendizagem, para além de sua especificidade escolar, passam a construir ou reconstruir vínculos com as pessoas que ali vivem, seu trabalho, sua cultura, suas organizações, seu espaço e tempo histórico e, assim, produz-se conhecimento e resistência para fortalecer esta escola pública do campo.

Na atualidade, na medida em que se rearticulam escolas públicas que estão no campo em projetos de escola que incorporam tais referências, as relações advindas destas lógicas demarcam a diferença destas escolas pois, ao desenvolverem estes projetos, desvelam-se também disputas de projetos maiores em curso no campo brasileiro.

Dois grandes desafios se colocam nesta perspectiva: a formação continuada de professores no contexto de contratações temporárias do PSS em que, a rotatividade esfacela os vínculos com o trabalho e a identificação com as escolas e suas relações. O fechamento de escolas constitui-se no segundo desafio, por conta da diminuição da população das áreas rurais e, também, pela crença por parte das famílias de que as escolas situadas na cidade são melhores, o que gera certo conformismo, pois se passa a acreditar que estas escolas estão fadadas a desaparecer, seria apenas uma questão de tempo.

Esta luta e embates feitos para avançar nas garantias legais dão um novo lugar à escola pública do campo no Brasil. Deste lugar é possível perceber nestas escolas e

professores, vontades e projetos, ainda que envoltos em grandes contradições e, mesmo sobrecarregado pelos “novos fardos” que a história impõe neste tempo (2016-2019) quando o país parece mergulhar no obscurantismo e no retrocesso.

A formação de professores foi um dos aspectos que mais emergiu destas movimentações sistematizadas em mudanças nas práticas pedagógicas, isso leva a produzir novas mediações para dar conta destas novas vozes que se fizeram ouvir nas fissuras do sistema público/governamental.

Vínculos de conhecimento e resistência: diferentes vozes em rede

Considerando-se que estes processos se dão em escolas públicas e com educadores das redes públicas é importante salientar que a legislação, como o Decreto n. 7.352 /2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo (BRASIL, 2010a) e, particularmente, no Estado do Paraná o Parecer 1011/2010 que estabelece normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino (PARANÁ, 2010a), bem como a definição da identidade das Escolas do Campo e, do mesmo modo a Resolução n. 4783/2010 GS/SEED, que institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional no Paraná, garantem e fundamentam tais processos (PARANÁ, 2010b). Além destes subsídios legais, a produção de novas formas de organização da escola e do conhecimento em Escolas Públicas do Campo, toma por base a Resolução MEC/CNE/CEB 04/2010, que transforma a Educação do Campo em Modalidade Educacional (BRASIL, 2010b).

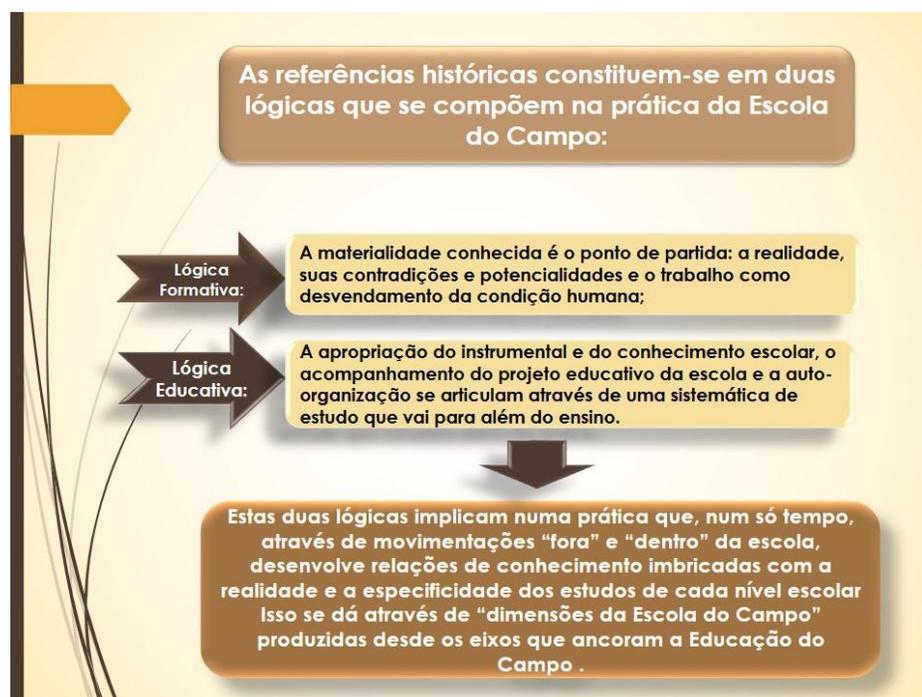
Dos diversos aspectos trazidos pela legislação, destaca-se neste caso a compreensão do que seja Educação do Campo, compreendendo-a como “uma prática social que não se define por si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem” (CALDART, 2012, p. 263) pois, enquanto práxis pedagógica, “projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais [...]” (CALDART, 2012, p. 263).

A legislação específica desde 2002, apresenta definições da Escola Pública do Campo vinculando-a às relações próximas do lugar, das comunidades e suas populações, acenando para possibilidades de parcerias que fortaleçam e sustentem estes vínculos, tal como a Diretriz em seu artigo 8º, inciso IV, no qual várias possibilidades podem ser observadas, dentre elas o “controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo” (BRASIL, 2002, p. 24). Ao tratar das relações desta escola, o artigo 10 afirma dever considerar-se o que estabelece a LDB, contudo, neste caso, se devem também constituir “[...] mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade” (BRASIL, 2002, p. 24).

Parte-se do pressuposto de que as referências históricas da Educação do Campo constituem duas lógicas que se articulam na prática da Escola do Campo, sendo também assumidas pela legislação, quais sejam: uma lógica formativa e outra lógica educativa.

Na lógica formativa a materialidade conhecida e a existência é ponto de partida para a inserção da escola e o processo de socialização do conhecimento sistematizado (GHEDINI, 2017) e a inserção na realidade da escola e desta na realidade regional são os espaços onde a “escola é mais que escola” (CALDART, 2000). Na lógica educativa se dá a apropriação do instrumental e do conhecimento escolar e a auto-organização, que se articulam através de uma sistemática de ensino-estudo-aprendizagem (GHEDINI, 2017).

Figura 2: As Referências Históricas e a Lógica Formativo-Educativa



Fonte: Ghedini (2017, p. 291)

No plano da prática da escola, a metodologia se desenvolve em dimensões formativo-educativas, com movimentações “para dentro” e “para fora” da escola, através de um instrumental metodológico próprio. Nesse sentido, cabe destacar que se tem como base uma concepção de escola democrática, com um olhar a partir das pedagogias progressistas destacando-se preferencialmente duas: o planejamento coletivo interdisciplinar e o acompanhamento e auto-organização dos estudantes.

Na prática concreta do Projeto de Extensão, isso exigiu espaços e instrumentos que permitissem aos professores dialogar sobre os conteúdos e as formas mais apropriadas para ensinar e organizar o trabalho de sala de aula e, da parte dos estudantes, conseqüentemente, maior autonomia sobre seu processo de estudo. Produz-se um cenário onde há uma dupla responsabilidade no processo de apropriação do conhecimento: identificar o que é tarefa do professor e o que é tarefa do estudante no processo de formação. Isso implica numa formação permanente aos professores e

acompanhamento à função social da escola nesta realidade, ou seja, de como ensinar estes jovens e crianças.

A partir desse projeto de rearticulação das escolas foi evidente a forte adesão dos professores, mesmo que sua implementação lhes demandasse grandes desafios. Recorrente foi também sua queixa por terem que deixar a escola e o processo construído depois de um tempo trabalhando nesta perspectiva, pois na escolha de aulas do ano seguinte, eram encaminhados a outras escolas. Percebeu-se, também que, a criação de vínculos com as comunidades, com os colegas de série por conta do planejamento coletivo, com os educandos na relação estudo e ensino, que lhes fortaleceu a identidade e a atitude de reconhecer-se professor.

Desta forma constatou-se que, a rotatividade dos professores provocada pela forma de contratação PSS leva a não criarem vínculos nas escolas onde trabalham, fazendo com que, muitas vezes se desinteressem pela especificidade da escola, da comunidade e dos sujeitos que ali estudam, assim como pelos resultados de seu trabalho, pois o investimento de um ano de esforços fica “perdido” e há que se começar tudo de novo em outra escola, com outros sujeitos e outras condições de trabalho.

A análise destes diversos elementos percebidos como contradição nos anos 2015 a 2017, possibilita que no último ano se organize uma rede com o propósito de articular os educadores: “Rede de Formação de Educadores⁶ pelo fortalecimento das escolas públicas do campo: caminhos de conhecimento e resistência” (REFOCAR). Além disso, com a finalidade de aprofundar o conhecimento dos professores que atuam em escolas do campo pela formação, desde a especificidade do trabalho nas escolas fortalecendo assim, as escolas públicas do campo ao aproximar os estudos, as práticas pedagógicas e os sujeitos, na prática, coordena e dá capilaridade às ações nos locais onde se inserem as escolas, essenciais para o andamento do processo.

Criou-se o símbolo abaixo que traz mãos entrelaçadas ao girassol (símbolo da Educação do Campo no país) que quer simbolizar a rede e, de seu miolo de terra fecunda, brota um livro com a sigla Refocar. Ao redor, uma escola estilizada na cor vermelha traz

⁶ Neste caso, ao utilizarmos o termo educadores está referido aos professores, equipe diretiva, agentes educacionais I e II e motoristas da escola, uma vez que todos se envolvem com o processo formativo-educativo da Educação do Campo.

a perspectiva de luta destes educadores para efetivar esta escola de novo tipo, garantida na legislação brasileira e ainda não implementada.

Figura 3: Simbologia da Rede de Formação de Professores - Refocar



Fonte: Arquivos do GEFHEMP – 2017

Acredita-se que a organização da Refocar favorece vínculos e identidade aos educadores que trabalham nas escolas públicas do campo, fragilizadas e fragmentadas pelas políticas governamentais em curso, além de potencializar espaços de luta e resistência, dentre eles a Articulação Sudoeste e a Articulação Paranaense da Educação do Campo, uma vez que nestes espaços poderá ser a representação destes educadores, muitas vezes subsumidos no trabalho precarizado a que são submetidos. Este espaço coletivo permite ainda que os educadores mantenham-se vinculados à proposta e perspectiva da Educação do Campo.

A Refocar com suas ações coloca-se nesse tempo histórico e nesta experiência das escolas, como um dos caminhos da resistência para dar voz a este segmento dos

educadores. Institucionalmente, até este momento, a rede se organiza e funciona desde o projeto permanente de extensão da Unioeste, contando ainda com uma coordenação que operacionaliza o processo.

Da parte dos professores, desde as práticas que estão em curso nas escolas onde trabalham ou trabalharam nos anos anteriores, fortalece-se sua identidade e a especificidade do trabalho docente nas escolas públicas do campo. Outro aspecto importante é que se potencializam as movimentações produzidas pelo processo de rearticulação com base no conhecimento, nas práticas e nos instrumentais desenvolvidos para “dar corpo” à modalidade da Educação do Campo.

Estas Escolas Públicas do Campo e a Refocar articulam-se na luta pela efetivação deste já em curso nas articulações das quais participam, uma vez que faz eco à resistência pelo não-fechamento das escolas do campo, pelo direito ao estudo com qualidade no lugar onde vive o povo do campo e pela efetivação da legislação que garante a Educação do Campo como modalidade educacional.

Plataforma de formação de professores: acesso *on line* e estudo presencial

Levando-se em conta a concretude das escolas públicas do campo, tem-se constatado de forma contundente, a falta de vínculos com as comunidades e seus entornos, a pouca apropriação do conhecimento sistematizado por parte dos discentes e a alta rotatividade dos professores por conta do contrato PSS. Este contexto, com a organização da Refocar, visibiliza ainda mais o desafio da formação desses professores, com vistas ao aprofundamento do conhecimento, a articulação de práticas e referências desde as escolas públicas do campo, articulados pela Rede de Formação de Educadores.

É fato a falta de oportunidades de formação específica destinada aos professores, no sentido de se ter parcerias ou instituições que apresentem intencionalidade aos estudos e, pares com quem possam debater e aprofundar, levando em consideração a realidade em que se inserem, com vistas a subsidiar suas práticas ou seus diálogos para avançar nos estudos.

Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quanto às parcerias com que as escolas do campo podem contar, até mesmo em escolas de assentamentos, é muito baixa. As autoras destacam que “no Sul, chama atenção o fato que, de um total de 12 casos, tenha sido registrada parceria do Estado em um caso, do Incra em dois, do MST em dois e da Arcafar em um caso” (BOF; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2006, p. 202).

Destacam ainda que “[...] das escolas de assentamentos, enquanto os municípios reportam-se como parceiros, coordenadores e financiadores em 100% dos casos, [...] do MST (4%) e de “outros” (6%) [...]” (BOF; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2006, p. 202). Isso demonstra que nas regiões de agricultura familiar ou de predominância do agronegócio com assalariamento dos trabalhadores do campo, há grande quantidade de escolas públicas do campo sem apoio ou parcerias que efetivem vínculos e atenção às suas especificidades, o que as leva ao enfraquecimento, abandono e conseqüentemente ao fechamento.

Acresce-se, ainda que, parte dos alunos que ali residem, passam a estudar em escolas da cidade, também pela crença cultural – fortalecida pelo processo de nucleação – de que as escolas da cidade têm condições de produzir melhores resultados em relação ao conhecimento (BOF; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2006).

No processo vivenciado desde 2015, no projeto de extensão, foi evidente a forte adesão dos professores, mesmo que sua implementação lhes demandasse grandes desafios. Percebeu-se, também, que a criação de vínculos com as comunidades, com os colegas de série por conta do planejamento coletivo e com os educandos na relação estudo e ensino, o que lhes fortaleceu a identidade e o reconhecer-se professor.

Isso também porque o processo em curso, contou com um Grupo Permanente de Estudos, como parte também, do projeto de extensão, onde se dava a formação organizada em escolas centrais e na universidade. Entretanto isso implicava aos professores deslocar-se de seus municípios para a cidade onde se dava a formação, dada a distância entre seus municípios e o município sede das formações, dentre várias dificuldades destacava-se os horários entre as aulas e os estudos, fazendo com que muitos não conseguissem participar.

Mesmo no âmbito da Refocar, esta forma dificultava a participação de todos os educadores, pois não havia possibilidade de flexibilizar datas e dias da semana conforme as necessidades do trabalho dos professores, em sua maioria pelo contrato do PSS, deste modo o alcance da formação não atingia suas necessidades bem como das escolas. Buscava-se uma forma que pudesse ampliar a participação na formação continuada, sem abrir mão dos Grupos Permanentes de Estudos de Educação do Campo.

Durante o I ENEPUC, realizado em novembro de 2018, debatendo-se esta dificuldade e definiu-se por criar uma Plataforma de Estudos no Sistema de Eventos da universidade, para os grupos de estudos dos professores das Escolas Públicas do Campo. Assim, a partir deste ano de 2019, a Plataforma *on line* para os Grupos Permanentes de Estudos dos Professores, passa a fazer parte do Projeto de Extensão em curso e das atividades de Rede e vai denominar-se “Plataforma de Estudos da Refocar”.

A Plataforma de Estudos da Refocar tem como objetivo geral consolidar grupos de estudos ao alcance das Escolas Públicas do Campo para que respondam às necessidades de conhecimento junto aos professores do processo que busca consolidar a Educação do Campo como política pública e modalidade educacional.

Pretende também possibilitar a organização de grupos de estudos em locais que permitam o acesso dos professores, em diferentes municípios e regiões do estado ou do país e oportunizar aos educadores, aprofundamento e apropriação teórico-metodológica, através do estudo e da reflexão das práticas das escolas públicas do campo, ampliar o conhecimento das pedagogias que são base da Educação do Campo, assim como das referências históricas que a constituíram.

Além disso propõem-se também a levar à compreensão e apropriação da legislação que sustenta a política pública de Educação do Campo, fortalecendo os processos em curso nas escolas, ampliando a percepção da Educação do Campo como aliada a um projeto de vida, de produção e reprodução do campesinato, tendo a Agroecologia como base e modelo de um projeto de campo com prioridade na alimentação da população, transformação cultural e identidade camponesa.

A criação da Plataforma de Estudos *on line* permite que os professores se inscrevam e tenham acesso aos materiais de estudo. Nos seus locais de trabalho ou moradia organizam grupos de estudos presenciais que contam com um coordenador e um relator. Se reúnem em pelo menos dez encontros durante o ano, produzem sistematizações de cada estudo/encontro que resulta num anais e permitem a certificação, ao final, por meio da plataforma.

Estes estudos visam alcançar todas as escolas públicas do campo e superar as demandas que se colocam à prática cotidiana da escola do campo, desde a concepção de Educação e Escola do Campo, o instrumental metodológico, as concepções de avaliação e planejamento coletivo, o estudo e conhecimentos dos dados relativos à região sudoeste do Paraná-Brasil e ao entorno das escolas e dos estudos e práticas de agroecologia.

A formação dos professores nesta lógica visa ainda potencializar a prática educativa baseada no conhecimento científico, dando vozes ao sujeitos que ali estão inseridos (professores, alunos, funcionários) das escolas do campo.

Dentro do processo de rearticulação das escolas do campo na modalidade da educação do campo, um ponto fundamental é a formação na e pela prática, alicerçada nos pressupostos e teorias que orientam a Educação do Campo. Vê-se constantemente, ano a ano como essas vozes dos professores estão cada vez mais fortes e evidentes. A escola está articulada à vida e ao trabalho com os sujeitos do campo, enunciando um projeto educativo em curso que já faz parte do contexto da escola do campo.

Em menos de quatro anos de trabalho, os professores que se mantêm vinculados à escola do campo, seja pela Refocar, seja pela continuidade do vínculo formal (dando aulas na escola) já assumiram os processos: estudos, instrumental metodológico, produção e participação em eventos da área.

Aos poucos percebe-se uma alteração nos usos dos tempos e espaços da escola: agrupamentos por disciplina para realização de estudos, agrupamentos de professores para realização das aulas, envolvimento dos professores com os coletivos da escola, agrupamentos entre professores, funcionários e comunidade para realização dos grupos de estudos., organização de viagens de estudos e pesquisa, realização de

oficinas em eventos científicos da área. Aos poucos, percebe-se que a escola do campo vem sendo assumida como sendo de cada um que se insere nela.

Considerações finais

O processo desencadeado nesse projeto de extensão através das ações do processo de Rearticulação das Escolas públicas do Campo, da Rede de Formação de Professores das Escolas Públicas do Campo e da Plataforma Refocar, que amplia esta capacidade de abrangência e formação continuada de professores, produziu resultados além das expectativas.

Considera-se dentre estes resultados, a criação de mediações e instrumentos que produzem metodologias e estratégias de ensino-estudo-aprendizagem, delineando referências para a modalidade da Educação do Campo, a retomada da identidade específica dos educadores das escolas do campo (professores, agentes, estagiários entre outros), o espaço ativo de formação e interação entre os pares, fortalecendo a luta por melhores condições de trabalho e o fortalecimento da resistência por meio de espaços como as articulações regional e estadual de Educação do Campo.

Pode-se acrescentar ainda a produção dos Projetos Político-Pedagógicos que foram reorganizados e o esforço para torná-los de pleno alcance, a fim de atingir as perspectivas ali apontadas de acordo com as necessidades das escolas e seus entornos.

Esse processo almeja ainda constituir-se em mais uma referência para as Escolas Públicas do Campo, além de enraizar-se em escolas da região Sudoeste do Paraná, direta e indiretamente, pois o trabalho se dá em parceria com os Núcleos Regionais de Educação da região, com os MSP e suas organizações, o que leva a ampliar esta luta pelo não-fechamento das escolas através de seu fortalecimento.

Compreende-se que a Modalidade da Educação Básica do Campo, embora seja apenas mais uma ferramenta, é importante para enfrentar a situação nesse momento e, mesmo que possa ser tomada como uma “faca de dois gumes” (GHEDINI, 2017), sua implementação com qualidade, pode contribuir para criar outras formas de espaço, tempo e trato dos conteúdos e, ao mesmo tempo lotar os professores de forma diferenciada, nas escolas do campo.

De todo esse processo vivido, destaca-se como resultados reconhecidos nos sujeitos: a voz dos professores com lugar na escola e no processo de trabalho nela desenvolvido, além de espaços concretos com duas frentes de ação: a) a rearticulação das escolas públicas do campo na perspectiva de seu fortalecimento e, b) a Refocar que reorganiza os professores e lhe dá unidade e, na atualidade com a Plataforma de Estudos que alcança as escolas e os professores, ainda que estejam distantes da sede da universidade e mesmo de cada escola.

Conclui-se e passa-se a acreditar cada vez mais que, iniciativas que tenham como foco a prática concreta e seus sujeitos, apostando na capacidade de cada um recriar-se e colocar sentido ao seu “fazer”, são capazes de fomentar novos significados e horizontes na recriação das escolas do campo e na efetivação das conquistas legais.

REFERÊNCIAS

BOF, Alvana Maria. (Org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 30 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866. Acesso em: 31 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 03 abr. 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da educação do campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PARANÁ. **Parecer CEE/CEB N.º 1011/10**. Secretaria de Estado da Educação. Institui normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, 2010a. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres2010/CEB/pa_ceb_1011_10.pdf. Acesso em: 3 mai. 2019.

PARANÁ. **Resolução 4783** de 28 de Outubro de 2010. Secretaria de Estado da Educação. Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional, 2010b. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=69377>. Acesso em: 18 fev. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.